

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A ABERTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

(1974 - 1979):

Aluizio Alves, Dinarte Mariz e Tarcísio Maia

A Luta Pelo Poder

Sérgio Luiz Bezerra Trindade

Natal, RN - 1997



Sérgio Luiz Bezerra Trindade

A ABERTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

(1974 - 1979):

Aluizio Alves, Dinarte Mariz e Tarcísio Maia

A Luta Pelo Poder



Trabalho apresentado no final
do curso de História.

?

Natal, RN - 1997

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
I - A CONJUNTURA POLÍTICA DE 1945 A 1964	
1.) O cenário nacional.....	07
1.1.) A formação dos partidos políticos	08
1.2.) O cenário local	09
2.) As lideranças Políticas	10
3.) O movimento militar de 1964 no Brasil	15
4.) O movimento militar de 1964 no Rio Grande do Norte	18
II - O QUADRO POLÍTICO DE 1965 A 1978	
1.) A reforma partidária.....	23
1.1.) A reforma partidária no Brasil.....	23
1.2.) Os efeitos da reforma partidária no Rio Grande do Norte.	25
2.) Os processo eleitorais de 1970 e 1974	28
2.1.) As eleições de 1970 e 1974 no Brasil	28
2.2.) As eleições de 1970 e 1974 no Rio Grande do Norte.	31
3.) A distensão política	34
3.1.) O projeto distensionista	34
3.2.) O cenário estadual de 1974 a 1978.....	39

III - A CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO

1.) As divisões <u>intra-partidárias</u> : O Panorama Nacional	46
2.) A Paz Pública e a dissidência arenista	47
3.) O novo quadro partidário	54
3.1.) A reforma partidária no Brasil	57
3.2.) A reforma partidária no Rio Grande do Norte	59
BIBLIOGRAFIA	66

INTRODUÇÃO

O leitor familiarizado com o estudo da história do Brasil, percebe no processo de abertura (1974 - 1979) implementado no mandato presidencial de Ernesto Geisel, uma reformulação de regime militar que desembocou na anistia, na reformulação partidária e, posteriormente, na eleição de Tancredo Neves.

A realidade política no período (1974 - 1979) estava mudando de forma gradativa e crescente, o que acelerou uma série de transformações nos valores e instituições da nação. Os que não perceberam tal fenômeno foram atropelados por ele.

O período distensionista tem vasta bibliografia no Brasil. No Rio Grande do Norte, porém, os trabalhos que abordam tal período são raros (ou inexistentes).

Procurei demonstrar, neste trabalho, a decadência política de uma das maiores lideranças políticas norte-rio-grandenses neste século: Dinarte Mariz.

Concomitantemente à decadência de Dinarte, a abertura política foi o bálsamo que revitalizou o principal adversário de Dinarte: Aluizio Alves.

O projeto inicial limitar-se-^{IA}a à Paz Pública (Aliança entre Aluizio Alves e Tarcísio Maia). Porém, foi logo ampliado pois iria se tornar complicado analisar aquele tema sem examinar a gênese dele, que remontava à eleição de 1974.

A Paz Pública (1978) representou a substituição da liderança de Dinarte Mariz pela de Tarcísio Maia na ARENA. Outros sim, representou ativa participação política de Aluizio numa campanha política desde 1966.

Comecei, então, elaborando os panoramas políticos local e nacional após a derrubada de Getúlio em 1945, procurando contextualizar a liderança política de Aluízio e Dinarte no Rio Grande do Norte. Ambos foram contemporâneos políticos, apesar de diferença de idade, quando ajudaram José Augusto a organizar o PP [?] aqui no estado na década de 1930. Com o Estado Novo varguista, Aluízio ocupou o seu primeiro cargo público e, em 1945, juntamente com Dinarte, José Augusto, Juvenal Lamartine e outros, organizou a UN local. Permaneceram - Aluízio e Dinarte - como aliados políticos por uma década.

O rompimento na segunda metade da década de 1950 lançou o estado na maior radicalização política de todos os tempos.

A década de 1960 representou o ápice do poder de Aluízio e Dinarte. Do primeiro mais que do segundo (Dinarte foi a maior liderança política do estado entre 1969 - 1974).

Em 1964, o movimento militar (chamo de movimento e não de revolução ou golpe porque março/abril de 1964 teve características tanto de revolução quanto de golpe) encontrou-os em trincheiras opostas, mas trabalhando pelo êxito dos militares.

A cassação de Aluízio em 1969, devido as manobras de Dinarte junto ao presidente Costa e Silva, ^{subverteram} a liderança da ARENA local. Aluízio que tinha maioria na executiva regional do partido foi substituído por Dinarte, que passou dali em diante a ser o principal líder Arenista do estado até 1974.

A eleição de 1974 foi um divisor de águas nos vinte e um anos em que os militares ^{dominaram} dominaram o poder no país. Representou o início da abertura política, que terminou por sepultar ou ressuscitar carreiras políticas.

Os que não se adequaram aos novos tempos (tempo de abertura política), os que não perceberam nas eleições de 1974 um aviso de que era necessário procurar novos aliados, ainda que ocasionais, foram fragosamente derrotados em 1978.

A eleição de 1978 representou uma mudança política substancial: a derrota de Dinarte representou o crepúsculo de sua carreira política e a sua conseqüente substituição como delegado do movimento militar de 1964 por Tarcísio Maia. Além disso, 1978 foi o ano em que Aluizio Alves reencontrou-se com os palanques e, aliado a Tarcísio Maia, para eleger Jessé Freire senador, derrotou o candidato emedebista, Radir Pereira, que era apoiado por Dinarte.

I - A CONJUNTURA POLÍTICA DE 1945 A 1964

O Brasil neste século passou por duas situações ditatoriais: de 1937 a 1945 (Estado Novo) e de 1964 a 1985.

Torna-se difícil explicar a conjuntura política na qual os militares permaneceram no poder sem examinar as suas origens: a maneira como os partidos políticos foram criados em 1945, bem como as suas bases sociais; a supremacia dos líderes políticos sobre os partidos; e o porquê da queda do presidente João Goulart.

O regime militar foi a antítese do Estado Novo, até mesmo na maneira como ambos chegaram ao fim.

1.) O CENÁRIO NACIONAL

A formação dos partidos políticos logo após a queda do Estado Novo teve a marca do personalismo do presidente deposto, Getúlio Vargas.

Os três principais partidos políticos que surgiram com o processo de redemocratização gravitavam em torno da figura de Vargas. O partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eram aliados do presidente deposto; já a União Democrática Nacional (UDN) nasceu com ^o estigma de oposição a Vargas.

1.1.) A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O Estado Novo chegou ao fim em 1945, após oito anos de ditadura, com a deposição de Getúlio Vargas. Porém, manteve-se no poder a mesma classe política que o depôs.(1)

Durante o Estado Novo, Vargas fez surgir novas lideranças políticas, ao indicar interventores estaduais. “Com o estabelecimento do regime democrático em 1945, o eixo polarizador em torno do qual se estruturam dois dos grandes partidos nacionais foi o sistema de interventorias. Os políticos que se encontravam na liderança das interventorias formaram o PSD; os que haviam sido desalojados formaram a UDN. (2)

O PSD foi organizado nos estados sob a chefia dos interventores e de seus aliados; já a UDN foi formada q pelos que fizeram a Revolução ^{de} 30 e se sentiram traídos, pelos que não a aceitaram, pelos que se desentenderam com Vargas. (3)

Ingressaram também no PSD proprietários de terras e industriais que haviam prosperado e burocratas que se tinham beneficiado sob Vargas. (4)

O terceiro partido político que dominou a cena nacional foi o PTB.

Organizado por Marcondes Filho e Alberto Pasqualini, o PTB agrupou os trabalhadores urbanos “aos quais Vargas dedicou a sua legislação de previdência social e a sua organização sindical paternalística...” (5)

O primeiro teste eleitoral veio com a campanha para presidente da República. Os dois principais candidatos foram: o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e o general Eurico Gaspar Dutra (PSD - PTB).

A candidatura Dutra, já prevista por Agamenon Magalhães em 1944, como uma decorrência natural da candidatura Eduardo Gomes, foi lançada em 01 de maio de 1945. A de Eduardo Gomes, em 22 de fevereiro do mesmo ano. (6) As duas candidaturas representaram, no espectro político nacional, o início da contínua aliança PSD - PTB contra a UDN.

A vitória de Dutra fortaleceu a aliança PSD - PTB, que viria ser feita em campanhas posteriores.

Na campanha para a Assembléia Nacional Constituinte, os partidos vitoriosos foram o PSD com 44% dos votos válidos e a UDN com 27,4%. (7)

1.2.) O CENÁRIO LOCAL

Aqui no Rio Grande do Norte, os dois principais partidos políticos formados após o fim do Estado Novo em 1945 foram o PSD e a UDN.

O PSD foi o partido mais forte no Rio Grande do Norte de 1945 a 1954. Apesar do seu líder, Georgino Avelino, só ter tido dois meses para organizá-lo, o

PSD local foi o grande vitorioso na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte; venceu também a disputa para o governo do estado, com José Varela. (8)

Na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, o PSD elegeu quatro deputados federais: Mota Neto, Dioclécio Duarte, José Varela e Walfredo Gurgel. A UDN, organizado^A no estado por José Augusto Bezerra de Medeiros, elegeu somente dois deputados: o próprio José Augusto e Aluizio Alves.

A terceira força do estado não era o PTB, e sim o **PSP**,[?] que fora organizado por João Café Filho, também eleito deputado pela legenda.

Confirmando a rivalidade que existia no cenário político nacional, PSD e **UN**[?] viviam às turras aqui no estado, pelo menos até 1954, quando ocorreu a primeira grande aliança política no Rio Grande do Norte. A UDN, o PSD e o PSP formaram um chapão para concorrer ao Senado e elegeram Dinarte Mariz e Georgino Avelino. Em 1955 a aliança já estava desfeita, e o PSD e a UDN tiveram candidatos próprios. Neste ano, o candidato do PSD, Jocelin Viçar, perdeu a eleição para o udenista Dinarte Mariz.

A eleição de Dinarte Mariz, em 1955, para o governo do estado, marcou a chegada da UDN ao poder e o início de um confronto com uma liderança política emergente: Aluizio Alves.

2.) AS LIDERANÇAS POLÍTICAS

Os partidos políticos brasileiros sempre foram menores que os seus líderes, ou quando muito são confundidos com eles. Tal fenômeno tem raízes

profundas, que remontam à nossa formação política, tão bem analisada por Caio Prado Júnior, Victor Nunes Leal e outros.

A proliferação de legendas partidárias levou os ^{as mesmas} mesmo a meros objetos de liderança políticas que desejam esgotar a sua cota de poder. (9)

Na República Velha, os Partidos Republicanos em cada estado eram dominados por famílias ou eram feudos dominados por políticos ligados às atividades econômicas preponderantes.

Após a Revolução de 30, essa prática política persistiu. Os partidos nasceram às dezenas como legendas sem caracterização ideológica. Tinham a finalidade precípua de possibilitar, de registrar candidaturas a cargos eletivos.

Com o golpe de 1937, houve um refluxo da vida partidária. Porém, lideranças políticas que permaneceram ativas aproveitaram o fim do Estado Novo e fundaram partidos políticos que contavam nos seus quadros lideranças políticas com projetos conflitantes muitas vezes pessoais.

Essas lideranças políticas, tendo em vista o seu estado de conflito, trouxeram a cizânia aos partidos políticos e a conseqüente proliferação de alianças e coligações oportunistas que desfiguraram o quadro partidário. Essas alianças, segundo Maria do Carmo C. De Souza, eram vistas pelo eleitorado como uma deslegitimação do sistema político partidário. (10)

Devido à fragilidade dos partidos políticos, personalidades carismáticas atingiram um grau de liderança extrema que passaram a ser confundidos com os partidos a que pertenciam. Esse grau de liderança personalística teve como âncora a



personalidade, ou seja, a capacidade que uma pessoa tem de, através de suas qualidades físicas, mentais e de oratória, persuadir uma outra pessoa, uma platéia, uma multidão. (11)

A história do Brasil está repleta dessas personalidades: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, etc. Muitos deles levaram ^{seus} seus partidos ou grupos políticos a dissensões.

Nos estados menos desenvolvidos da federação, a força das lideranças em detrimento dos partidos é mais acentuada, como pode ser comprovada pela força do coronelismo, fenômeno mais acentuado no norte/nordeste que no centro-sul.

O Rio Grande do Norte enquadra-se no modelo lideranças fortes - partidos fracos.

Os dois principais partidos políticos do estado - o PSD e a UDN - foram organizados em torno das duas maiores lideranças políticas de então: Georgino Avelino (PSD) e José Augusto (UDN). Ambos foram as duas maiores lideranças estaduais de 1945 a 1954.

De 1954 a 1978, o quadro político no estado gravitou em torno de Dinarte Mariz e Aluizio Alves. O primeiro foi revolucionário de 1930 a 1932, ex-prefeito de Caicó e chefe da campanha do Partido Popular em 1934 ao lado de José Augusto (12) em 1935, Combateu os comunistas na Serra do Doutor, entre Santa Cruz e Currais Novos, (13) o que foi contestado pelo jornalista Luiz G. Cortez, que entrevistou o chefe integralista do Acari (RN), Manoel Lúcio M. Filho, Dinarte Mariz não participou da batalha na Serra do Doutor. (14)

Aluízio Alves debutou na política aos treze anos de idade, quando foi secretário do Partido Popular no Rio Grande do Norte.

Na interventoria do General Fernandes Dantas (de julho de 1943 a agosto de 1945), Aluízio Alves foi diretor da Legião Brasileira de Assistência no Rio Grande do Norte. Aos 23 anos de idade foi eleito deputado federal pela UDN. Junto com Carlos Lacerda, participou da campanha da UDN contra o governo de Getúlio Vargas. (15)

Dinarte Mariz e Aluízio Alves fizeram o aprendizado político junto a homens públicos cujo passado político remonta à República Velha, tais como José Augusto, Eloy de Souza e Juvenal Lamartine.

Após o fim da ditadura varguista, políticos que haviam sido preteridos durante os anos Vargas formaram a UDN. Foi esse o destino de José Augusto e Juvenal Lamartine, como também dos seus afilhados políticos, Aluízio e Dinarte.

Desde sua formação até 1955, a UDN local não conseguiu vencer uma eleição para o governo do estado. As duas primeiras, a de 1946 e a de 1950, foram vencidas pelo PSD.

Em 1955 com a vitória de Dinarte sobre Jocelin Vilar, a UDN local chegou ao poder, conquistando o governo estadual.

Após trabalhar arduamente na campanha de Dinarte, Aluízio lhe encaminhou algumas sugestões para serem postas em práticas quando o amigo e protetor tomasse posse. Dinarte as recusou e sugeriu a Aluízio para pô-las em prática

quando ele (Aluizio) fosse governador. (16) Foi o início do rompimento que só foi se configurar com a proximidade das eleições para o governo em 1960.

Em 1960, Aluizio Alves e Walfredo Gurgel ^{enfrentam} Djalma Marinho e Vingt Rosado na eleição para o governo do estado. Estes apoiados pela máquina do governo de Dinarte, enquanto Aluizio e Walfredo foram candidatos de uma aliança política composta pelo PTB, PDC (Partido Democrata - Cristão), PTN (Partido Trabalhista Nacional) e uma dissidência da UDN. Essa coligação foi denominada "Cruzada da Esperança". (17)

Segundo Dinarte, a entrada do PSD e do PTB na "Cruzada da Esperança" foi uma imposição ^{de Jucelino} de Jucelino e Jango aos diretórios locais daquele partidos. (18)

O rompimento entre Aluizio e Dinarte fixou definitivamente a divisão do estado entre essas duas lideranças políticas. Iniciou-se a fase mais aguda da radicalização política; a neutralidade não era admitida. O surgimento de uma terceira força era improvável naquele momento.

Geraldo Melo (que veio a ser governador de 1986 a 1990, aliado a Aluizio) foi exonerado do Conselho Estadual de Desenvolvimento, porque tentou formar uma terceira força junto a outros secretários. (19)

Uma terceira força política de expressão que surgiu na década de 60 foi a do prefeito Djalma Maranhão, que havia sido eleito juntamente com Aluizio na campanha da "Cruzada da Esperança", mas que em poucos meses de administração já começava a divergir do governador Aluizio Alves. (20)

Dinarte Mariz e Aluizio Alves permaneceram em partidos diferentes até a extinção do pluripartidarismo e a formação da ARENA e do MDB, quando ambos ingressaram na ARENA.

3.) O MOVIMENTO MILITAR DE 1964 NO BRASIL

De 1945 a 1964, a aliança PSD - PTB dominou a política nacional, vencendo praticamente três campanhas presidenciais. A UDN era a grande adversária do getulismo presente na aliança PSD - PTB.

A vitória de Jânio Quadros em 1960 foi a primeira vez em que a UDN conseguiu uma vitória sobre a aliança PSD - PTB. Mas, meses após a posse, Jânio renunciou e a UDN, que o havia apoiado, viu o poder escorrer pelas mãos e voltar aos "de dentro", no caso João Goulart (PTB), que deveria ser o presidente a assumir, conforme estabelecia a constituição. (21)

A posse de João Goulart, entretanto, era contestada pela UDN, por grande parte de imprensa e pelos ministros militares, o que levou à adoção de uma emenda constitucional, instituindo o parlamentarismo.

Os três maiores partidos - PSD, UDN e PTB - estavam muito divididos quando Jango obteve os plenos poderes presidenciais em 06^{de} janeiro de 1963, após o malogro da experiência parlamentarista.

Essa divisão interna nos partidos tornou-se mais acentuada com o apoio pouco habilidoso de Jango às reformas de base, especialmente à reforma agrária. O PSD retirou o seu apoio ao governo, o que solapou a aliança PSD - PTB. (22)

Sem maioria no Congresso, após a perda do PSD, Jango que tinha como principal bandeira ^{AS} aos reformas de base, resolveu implementá-las através de decretos, o que feria a Constituição e a independência entre os poderes, já que as reformas precisavam da aprovação do Congresso. Some-se a isso a situação de constante indisciplina nos Forças Armadas e tem-se o quadro que levou à eclosão do movimento militar de março de 1964. (23)

Os militares mais radicais já conspiravam contra Jango desde 1962; os moderados, só a partir de setembro e outubro de 1963, devido a problemas de insubordinação nas Forças Armadas. Entretanto, somente após o comício de 13 de março de 1964, ^{Quarta} Jango se bandeou definitivamente para a esquerda, é que os militares moderados passaram a conspirar mais ativamente. (24)

Após a vitória do movimento militar, surpreendentemente rápido, em 11 de abril de 1964 Castelo Branco e José Maria Alkimin foram eleitos, pelo Congresso, presidente e vice-presidente da República.

Os grandes vencedores com o movimento militar de 1964 foram os jovens oficiais, os militares da linha-dura de alta patente e os políticos conservadores. (25)

Segundo Dreifuss, o golpe militar de 1964 foi financiado, em grande parte, pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que levaram a estrutura política a um ponto de crise, no qual os civis apoiaram soluções extra-constitucionais e os militares sentiram a necessidade de intervir como moderadores. (26)

O complexo IPES /IBAD atuava no Congresso e nos partidos políticos através de Ação Democrática Parlamentar (ADP) - um bloco multipartidário formado por senadores e deputados federais -, que agia como frente política e canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública.

Logo após a vitória dos militares, começou a caça às bruxas , com a cassação de políticos adversários do regime recém instalado. Através do AI - 1 foram cassados três ex-presidentes - Jânio, Jango e Juscelino, sendo que este último havia votado em Castello para presidente. A cassação de opositores tinha o objetivo precípuo de agradar à linha-dura, bem como de eliminar o perigo de derrota em futuras eleições.

Porém, mesmo com as diversas cassações e suspensão de direitos políticos, o governo sofreu dois ^{reveses} reverses nas eleições para governador realizadas, em 1965, em Minas Gerais e na Guanabara, com as candidaturas opositoras de Israel Pinheiro e de Negrão de Lima.

Diante da derrota, a linha-dura pressionou Castello, para que impedisse a posse dos eleitos, o que foi prontamente recusado ^{do} por Castello. Entretanto, o governo enviou uma ^{postura} posposta ao Congresso para impedir novas surpresas. Para aprová-la o governo necessitava do apoio do PSD, que se opôs. Diante da recusa do PSD, o governo decretou o AI-2, que entre outras coisas extinguiu os partidos políticos e estabelecia eleições indiretas para presidente, vice-presidente e governadores. (28)

A formação dos novos partidos foi regulamentada pelo ato suplementar nº 4, que criou as regras para formação dos novos partidos, “que exigia um mínimo de 120 deputados e 20 senadores.” (29)

O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foi formado por políticos, em sua maioria, do PTB e PSD; a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), por políticos da UDN e PSD.

4 - O MOVIMENTO MILITAR DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE

O movimento militar de 31 de março de 1964 contou com o apoio de nossas principais lideranças políticas, exceto o prefeito Djalma Maranhão.

Dinarte Mariz e Aluizio Alves ficaram como delegados do movimento aqui no estado. Dinarte contava com a experiência revolucionária de 30, além de ser um político muito ligado às lideranças militares, notadamente à linha-dura. Aluizio era uma liderança em ascensão no cenário nacional, foi ligado ao IPES, (30) e teve inclusive o seu nome cogitado para companheiro de chapa de Juscelino na eleição presidencial de 1965, antes do ex-presidente ser cassado e as eleições suspensas. (31)

Desde o rompimento entre Aluizio e Dinarte, que os dois líderes permaneceram em legendas distintas. O movimento militar se não os reaproximou, pelo menos colocou-os do mesmo lado. Ambos o defenderam. Dinarte antes de Aluizio. Ademais, a “redentora” afastou da vida pública a terceira força: Djalma

Maranhão. Com a extinção dos partidos políticos e a criação do bipartidarismo (MDB e ARENA), Aluizio e Dinarte escolheram o mesmo partido: a ARENA.

Com a instituição do AI - 1, Dinarte aproveitou-se de suas ligações com o meio militar para obter a cassação de Aluizio, o que foi rejeitado por Castello Branco.

Aluizio Alves era preferido por Castello Branco e pela ala militar conhecida como castelista, enquanto Dinarte era mais ligado à linha-dura.

NOVA
PÁGINA

NOTAS

1. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa Ômega, 1976. p. 64.
2. Idem, p. 41.
3. Idem, pp. 108 - 109.
4. SKIDMORS, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930 - 1964. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 80 - 31.
5. Idem, p. 81 - 82.
6. LIMA FILHO, Osvaldo. Política brasileira, 1945 - 1990: uma visão nacionalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 51 - 54.
7. PEREIRA, R; CAROPRESO, Álvaro; RUY, José C. Eleições no Brasil pós 64. São Paulo: Global, 1984. p. 15.

8. MACHADO, João Batista. Política no atacado e a varejo: a memória da república no RN. Natal: CERN, 1993. p. 53 - 65.
9. Para melhor entendimento do que vem a ser poder e suas fontes, ver GALBRAITH, Jonh Kenneth. Anatomia do Poder. 3 ed. São Paulo: Pioneiro, 1989. 206 p.
10. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Op. Cit., p. 154.
11. GALBRAITH, John Kenneth. Op cit., p. 6 - 46.
12. MEDEIROS FILHO, João. 82 horas de subversão: intentona comunista no Rio Grande do Norte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1980. p. 28.
- COSTA, Homero de Oliveira. A insurreição comunista de 1935. Natal, o primeiro ato da tragédia, São Paulo: Ensaio, 1995. p. 33 - 42.
13. MEDEIROS FILHO, João. Op. Cit., p. 28 - 29.
14. CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do integralismo no ~~(RN)~~ Natal: ~~Co-~~ edição ~~Clima~~ / Fundação José Augusto, 1986. p. 36.
15. MACHADO, João Batista. Política no atacado e a varejo: a memória da República no RN, pp. 54 - 72.
_____. Como se fazia governador durante o regime militar. Natal: RN Econômico, 1995.
16. MACHADO, João Batista. Política no atacado e a varejo: a memória da República no RN, p. 72.
17. GALVÃO, Mailde Pinto. 1964 - Aconteceu em abril. Natal. Clima, 1994. p. 02.
18. A REPÚBLICA, 03 de fevereiro de 1981.

19. MACHADO, João Batista. DE 35 ao AI - 5, Natal : Fundação Nísia Floresta, p. 17.
20. GALVÃO, Mailde Pinto. Op. Cit., p. 02.
21. SKIDMORE, Thomas E., op. Cit., p. 235 - 256.
22. Idem, p. 316 - 317.
23. Idem, p. 316 - 358.
24. Idem, 321 - 356.
25. Idem, p. 368 - 369.
26. DREIFUSS, René Armond. 1964 : A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis : Vozes, p. 319.
27. Idem, p. 320 - 371.
28. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985, p. 105.
29. Idem, 9. 105.
30. DREIFUSS, René Armand. Op. Cit., p. 320 - 371.
31. MACHADO, João Batista. Como se fazia governador durante o regime militar, p. 80.



II - O QUADRO POLÍTICO DE 1965 A 1978

Após a vitória do movimento militar de 1964, os vitoriosos trataram de botar ordem na casa: procederam cassações de mandatos, suspenderam direitos políticos, puseram um fim nas eleições majoritárias, exceto para o senado, e tronaram extintos os partidos políticos.

A vitória de Israel Pinheiro e de Negrão de Lima para os governos de Minas Gerais e da Guanabara representou ^A a volta de políticos contra os quais foi feita a “revolução”. Assim, a linha-dura passou a exigir medidas impeditivas para a posse dos dois eleitos. O governo recusou as exigências ^{da} de linha-dura, mas promulgou o AI - 2, que declarava extintos os partidos políticos.

1.) A REFORMA PARTIDÁRIA

A criação da ARENA e do MDB em novembro de 1965 foi feita mediante o Ato Suplementar nº 4, que criou as regras para a formação de novos partidos. O bipartidarismo vigorou no Brasil de 1965 a 1979, quando foi feita uma nova reforma partidária, que instituiu o pluripartidarismo.

1.1.) A Reforma Partidária No Brasil

Com a decretação do AI - 2, o governo perdeu uma das bases de sustentação política: a UDN, pois próceres udenistas sentiram-se insatisfeitos com aquele instrumento autoritário, por terem formação liberal, casos de Milton Campos e Adauto Lúcio Cardoso, ou por terem visto suas pretensões políticas se esvaírem, caso de Carlos Lacerda, virtual candidato a presidente da República. (1)

O AI - 2 que extinguiu os partidos políticos foi complementado pelo Ato Suplementar nº 4, de novembro de 1965, que criou as regras para a formação de novos partidos, “que exigiam um mínimo de 120 deputados e 20 senadores.” (2)

A ARENA formou com 250 deputados e 40 senadores; o restante dos 409 deputados e 66 senadores, ou seja, 159 deputados e 26 senadores, formaram o MDB. Este foi formado por ex-integrantes, em sua maioria, do PTB e do PSD; enquanto a ARENA foi formada por parlamentares, em sua maioria, da UDN e do PSD. (3)

No primeiro teste eleitoral, realizado em 1966, a ARENA foi vitoriosa, com 277 deputados federais e 47 senadores eleitos; o MDB elegeu 132 deputados federais e 19 senadores. (4)

Apesar da derrota eleitoral, o MDB teve um desempenho superior ao da ARENA nas grandes cidades, tendências que se confirmou em todas as eleições no período dos militares.

O governo mesmo tendo sido vitorioso nas eleições de 1966 encontrou uma oposição aguerrida, consubstanciada na Frente Ampla e, principalmente, no movimento estudantil. A primeira foi organizada por políticos cassados pelo regime, como Juscelino e Jango, e por “revolucionários”, como Carlos Lacerda. (5)

O movimento estudantil ressurgiu, fazendo eco à mobilização estudantil em todo o mundo, no momento em que a linha-dura lutava pela criação de um “governo forte” (6)

A oposição crescente ao governo contaminou as hostes governistas. Parlamentares da ARENA, descontentes com o tratamento a que estavam sendo submetidos, manifestaram o seu descontentamento com “a chibata” da UDN, (7) o que evidenciou a divisão no seio do partido do governo, entre udenistas e pessedistas, tendo em vista que os líderes do movimento eram do segundo grupo.

As divergências internas na ARENA ^{da UDN} levou os parlamentares a pleitearem a revisão dos quadros do partido, estruturando-o como um bloco único de sustentação ao governo. Tal fenômeno só seria verossímil com a adoção da sublegenda, que acomodaria as lideranças regionais dentro da ARENA. O deputado Monteiro Castro, ligado politicamente a Magalhães Pinto, advogava a adoção da sublegenda como uma forma de abrandar as disputas internas na ARENA, motivados em sua maioria por rivalidades regionais, e de manter políticos de expressão, como

Nei Braga, Magalhães Pinto, Aluizio Alves, Carvalho Pinto no partido, pois de outra foram poderiam formar outro partido. (8)

A adoção da sublegenda não surtiu o efeito desejado: permaneceram as divergências partidárias e alguns políticos abandonaram a ARENA e ingressaram no MDB.

1.2.) Os efeitos da reforma no Rio Grande do Norte

A chefia do movimento militar de 1964 coube a Dinarte Mariz e a Aluizio Alves. Este por ser o governador do estado, além de ser ligado à ala moderada (ou castelista) do exército; enquanto Dinarte Mariz, que tinha notórias ligações com os militares, era mais afinado com a linha-dura.

No governo Castello Branco, Aluizio Alves, embora tenha aderido aos militares de última hora, ficou como o delegado do movimento militar no estado, o que trouxe divergência às hostes "revolucionárias," tendo em vista a oposição de Dinarte a Aluizio.

Em 1965 os dois - Aluizio e Dinarte - se enfrentaram nas eleições para o governo do estado. Dinarte como candidato, tendo como companheiro de chapa Tarcísio Maia; Aluizio apoiando Walfredo Gurgel, que tinha como companheiro de chapa Clóvis Mota.

Foi a última eleição antes da reforma partidária de novembro de 1965.

Com a reforma partidária, Aluizio e Dinarte ingressaram na mesma legenda: a ARENA. Porém a convivência dos dois no mesmo partido foi

complicada, com ambos trabalhando nos bastidores, um contra o outro, para galgar espaços, com o fito de controlar a executiva do partido.

Nas eleições de 1966, a primeira após a extinção dos antigos partidos, Aluizio e Dinarte estavam novamente em campos opostos, só que no mesmo partido. O primeiro pretendia ser candidato ao senado pela ARENA, mas teve o seu caminho barrado pelo segundo que, junto à família Rosado, fazia oposição a Aluizio dentro do partido.

Diante do impedimento de sua candidatura para ao senado, Aluizio candidatou-se a deputado federal e, juntamente com Dinarte, apoiou o mossoroense Duarte Filho para o senado.

A vitória da ARENA foi marcante. Elegeu o senador, seis deputados federais e 37 deputados estaduais; enquanto o MDB, das 40 vagas para deputado estadual, só elegeu três.

Apesar da vitória, o ambiente político no seio da ARENA era bastante conturbado, tendo em vista que o partido foi formado por políticos que pertenciam, principalmente, à UDN e PSD, tradicionais adversários na política nacional (também eram adversários figadais aqui no estado) desde o fim do Estado Novo. Ademais a ARENA contava em seus quadros com lideranças que, embora aliadas no cenário político nacional, porquanto pertenciam ao mesmo partido, nos seus estados eram ferrenhos adversários, como Aluizio e Dinarte no Rio Grande do Norte, Nei Braga e Paulo Pimentel no Paraná, Sarney e Vitorino Freire no Maranhão. (9)

O ambiente de conflito latente ou aberto na ARENA levou algumas lideranças políticas daquele partido a deflagrarem uma rebelião, que contava com 60 deputados federais e senadores, reivindicando uma sublegenda para selecionar as lideranças partidárias.(10)

Foram encaminhadas duas propostas para a adoção da sublegenda. A primeira seria a concessão automática mediante requerimento à Justiça Eleitoral. A segunda proposta seria a concessão da sublegenda pela direção nacional partidária.(11)

Além do pedido de concessão, foram debatidos os mecanismos da sublegenda, surgindo a idéia do mutirão ou soma horizontal de votos, o que granjeou a antipatia de Dinarte, posto que isso dificultava a obtenção de uma sublegenda para ele (Dinarte), tendo em vista que Aluízio dispunha de maioria no Diretório Regional da ARENA. Diante do problema, Dinarte que tinha influência na ARENA trabalhou pela soma vertical de votos, o que levaria à soma de votos de cada sublegenda para cada uma das vagas, e não para as duas em conjunto.(12)

Na soma horizontal, o partido que somasse mais votos elegeria os dois senadores; na vertical, cada sublegenda concorreria para o senado em separado.

A batalha de Aluízio e Dinarte pela adoção da sublegenda terminou sendo infrutífera, pois a cassação de Aluízio em 07 de fevereiro de 1969(13) amainou a antropofagia na ARENA local. Além de Aluízio, a influência de Dinarte junto à linha-dura levou a cassação de toda a vanguarda aluizista: Erivan França (deputado

federal) em 07/02/1969; Garibaldi Alves (deputado estadual), em abril de 1969; Agnelo Alves (prefeito), em setembro de 1969.(14)

Cassado, Aluizio ingressou no MDB, passando a sua herança política para seu filho, Henrique Eduardo Alves, o que levou o MDB potiguar a ganhar um desempenho eleitoral considerável.

2 - OS PROCESSOS ELEITORAIS DE 1970 E 1974

As eleições de 1966 mostraram a força do partido governista (ARENA) e a debilidade do MDB. Entretanto o MDB teve uma votação significativa nos grandes centros urbanos, o que se repetiu em 1970.

Em 1974, a vitória do MDB foi, ao mesmo tempo, esperada e surpreendente, e trouxe para a ^{AAA}ela moderada dos militares a consciência de que era necessário implementar a abertura, devido ao desgaste por que passavam as Forças Armadas estando no poder, ou ainda, estando no poder era imperioso um afrouxamento da legislação autoritária, além de uma reformulação partidária, tendo em vista que aquele quadro partidário, centrado em apenas dois partidos, levava o regime, a cada eleição, ser submetido a um julgamento popular plebiscitário.

2.1.) As eleições de 1970 e 1974 no Brasil

O governo teve, nas eleições de 1970 e 1974, dois momentos bastantes distintos: no primeiro momento, uma sensação de triunfo total; no segundo, de decepção.

Nas eleições de 1970, que renovou toda a Câmara de Deputados e dois terços do Senado, além da renovação total dos Assembleias estaduais, a ARENA foi a grande vitoriosa.

Em números, a ARENA superou o MDB de forma contundente: fez 59 senadores contra seis da oposição; na Câmara, fez 220 deputados contra 90 do MDB.(15)

Porém, analisando a eleição mais detidamente, o MDB teve um desempenho admirável. Primeiro, o MDB com os 90 deputados eleitos teve um acréscimo de 25 pois apesar de ter eleito 132 deputados em 1966, com as cassações de seus parlamentares na Câmara, baixou para 65, o que perfaz 67 cassações.

Ademais, a oposição pregou abertamente o voto branco, principalmente nos locais onde o MDB não tinha chance de vencer.(17)

Por último, as cassações foram usada como instrumento de intimidação contra os adversários do regime, prejudicando a campanha do MDB.

As eleições de 1970 mostraram que o MDB era forte (e se robustícia) nos áreas urbanas, enquanto a ARENA era imbatível na zona rural.

Em virtude do crescimento do MDB, principalmente em estados e cidades importantes e da proximidade das eleições para governadores de estados em 1974 que seriam diretas, o governo resolveu promover, em 1972, “uma emenda constitucional tornando as eleições para governadores indiretas já em 1974 e adiando o pleito direto para 1978.”(18)

Concomitantemente começaram as especulações em torno da sucessão presidencial, com os castelistas se mobilizando para voltar ao poder, o que naquele momento era prenúncio de liberalização, tendo em vista que os dois mais eminentes castelistas, Geisel e Golberi, tinham a pretensão de liberalizar o regime autoritário.(19)

A volta dos castelistas ao poder era vista com temor pela linha-dura, pois poderia representar uma possível “diminuição do fervor revolucionário.”(20)

Nesse ambiente de confronto latente nas Forças Armadas, foram realizadas as eleições de 1974, que renovou toda a Câmara de Deputados e Assembléia Legislativa e 1/3 do senado.

A maioria dos observadores políticos e dos estrategistas do governo contava como certa a vitória do ARENA, sem se darem conta que uma eleição num regime autoritário ^{ya} ~~onde~~ ^{no qual} só existiam dois partidos era plebiscitária,(21) e que o governo estava perdendo a base de sustentação civil devido à crise do petróleo em 1973 - que levou ao esgotamento do modelo econômico.(22)

Além disso, o programa do MDB sensibilizou vários setores do eleitorado através dos seguintes aspectos: o nacionalismo econômico, que atraiu parte do empresariado; um discurso liberal, criticando a falta de liberdade e a concentração de privilégios, que seduziu a classe média; a promessa de redistribuição de renda, que atraiu o operariado.(23)

O MDB pretendia conquistar 122 cadeiras na Câmara e 14 no Senado.(24) Oitenta por cento do eleitorado (36 milhões de eleitores) que

compareceu às urnas(25) deram, em 1974, ao MDB uma surpreendente vitória, elevando de 87 para 165 o número de cadeiras na Câmara e de sete para vinte no Senado, enquanto a ARENA encolhia nas duas casas legislativas, de 223 para 159 na Câmara e de 59 para 46 no Senado, perdendo ainda o controle das Assembléias Legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Amazonas.(26)

A perda das eleições em 1974 representou para o governo a necessidade de negociar para emendar a Constituição, pois a ARENA não tinha mais a maioria necessária para tal fim.

2.2.) As eleições de 1970 e 1974 no Rio Grande do Norte

Após a sua cassação em 1969, Aluizio Alves passou a atuar no ramo empresarial. Fundou a editora Nosso Tempo, no Rio de Janeiro, e integrou-se ao grupo União de Empresas Brasileiras (UEB), através da qual foi instalado em Natal um complexo industrial formado pela Têxtil Seridó, Confecções Sparta Nordeste e Indústria de Cartonagem (INCARTON), além do Ducal Palace Hotel.(27)

Porém, Aluizio não se afastou totalmente da política. Revitalizou o MDB potiguar dando-lhe forças para enfrentar a ARENA, além de ter participado ativamente das eleições indiretas que elegeram Cortez Pereira, Tarcísio Maia e Lavoisier Maia.(28)

Ademais, a influência de Aluizio era sentida através da atuação do seu filho, Henrique Eduardo Alves, seu sucessor político e herdeiro dos votos.



O pleito de 1970 foi o primeiro após a cassação de Aluízio e a reforma partidária de 1965, que teve Aluízio e Dinarte em partidos diferentes. Este na ARENA, aquele no MDB.

Apesar da vitória da ARENA, que elegeu Dinarte Mariz e Jessé Freire para o Senado e Vingt Rosado, Djalma Marinho, Grimaldi Ribeiro e Antônio Florêncio para a Câmara Federal, o MDB saiu fortalecido, com a eleição de dois deputados federais, Henrique Alves e Pedro Lucena, sendo o primeiro o deputado mais votado do estado.

Para o legislativo estadual, que diminuía de 40 para 18 assentos, o MDB elegeu seis deputados, o que correspondeu a um aumento de 100%.

Aluízio Alves ainda deu o troco ao veto de sua candidatura a senador em 1966, bloqueando a candidatura de Dix-Herit Rosado, que tinha o apoio de Dinarte, ao governo do estado, pois temia a influência de Dinarte sobre os Rosado, o que poderia recrudescer o radicalismo político da década de 60, prejudicial ao seu grupo político.(29)

Em 1974 o cenário político local refletia o nacional: a ARENA como a grande favorita e o MDB como mero coadjuvante.

A disputa eleitoral foi centrada na eleição para o Senado. A ARENA pretendia premiar o deputado Djalma Marinho com um mandato de senador,⁴ enquanto o MDB, seguindo uma tendência do partido em todo o país, lançou a candidatura de um político inexpressivo, o ex-deputado estadual, Agenor Maria.

Agenor Maria não tinha vivência política para fazer frente a Djalma Marinho. Este fora deputado estadual, deputado federal e candidato a governador em 1960 pela UDN, quando foi derrotado por Aluizio Alves. Era vinculado politicamente a Dinarte Mariz, mas tinha brilho próprio. Não abria mão dos prerrogativas do Congresso, sendo a favor da curvatura das Forças Armadas à Constituição, às leis e ao Congresso,(30) ao contrário de Dinarte. Participou de um dos momentos mais dramáticos da história do país, quando negou o pedido de licença para suspender a imunidade parlamentar de dois deputados, o que levou a promulgação do AI - 5.

O pleito para o senado em 1974 configurava-se numa disputa entre Davi (Agenor Maria) e Golias (Djalma Marinho).

No dia 15 de novembro de 1974, aproximadamente 560.000 eleitores foram às urnas no Rio Grande do Norte(31) e deram a Agenor Maria aproximadamente 212.000 votos o contra 192.000 dados a Djalma Marinho.(32)

Agenor Maria ganhou com folga em Natal, e a maioria de Djalma Marinho no interior não foi suficiente para cobrir a votação do candidato emedebista na capital.

No pleito proporcional, a ARENA venceu por quase 100.000 votos.

	CÂMARA FEDERAL	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ARENA	± 234.000	± 139.000
MDB	± 238.000	± 137.000

Dados de Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro (Pág. 50 - 51). In: di
Presidentes: Ernesto Geisel. 7

O MDB elegeu um senador, três deputados federais (Henrique Alves, Pedro Lucena e Francisco Rocha) e nove deputados estaduais, enquanto a ARENA elegeu cinco deputados federais (Wanderley Mariz, Vingt Rosado, Ney Lopes, Antônio Florêncio e Ulisses Potiguar) e quinze deputados estaduais.

A derrota da ARENA local poderia ter sido prevista devido as divergências internas entre o grupo de Dinarte e o de Jessé, além da divisão da chefia de campanha de Djalma Marinho entre Tarcísio Maia (governador eleito) e o governador Cortez Pereira.

3 - A DISTENSÃO POLÍTICA

A volta dos castelitas ao poder, com a eleição de Ernesto Geisel, representou um duro golpe na linha-dura, tendo em vista que o projeto de distensão preconizado pelos primeiros, na ótica dos últimos iria diminuir o fervor “revolucionário”.

A distensão política almejada pelos castelistas desde a posse de Castello Branco foi adiada pelos seus sucessores, Costa e Silva e Médice. Porém, com a posse de Geisel e o momento político pelo qual passava o Brasil, o projeto castelista de abertura foi implementado.

3.1.) O projeto distensionista

O termo distensão está associado às análises das transições do regime autoritário, sendo também empregado ^{os} os termos liberalização, descompressão ou abertura com a mesma finalidade.(33)

A transição de um regime autoritário para uma democracia percorre duas fases: a liberalização, que diz respeito à sociedade civil; e a democratização, à sociedade política.(34) Porém, a ^{transição} transição só ocorre quando o regime autoritário começa a esgotar, mas ainda não existe um outro regime consolidado.(35)

O Brasil, entre 1969 e 1977, não teve nenhuma greve significativa, os empresários só iniciaram a campanha de desestatização em 1974, a OAB e a ABI ainda não promoviam protestos, e a maioria da população, em São Paulo esperava um 1974 melhor do que 1973.(36)

Então, por que o governo procedeu a distinção ?

São três as formas de transição: a provocada pela derrocada ou colapso do regime autoritário; A por afastamento voluntário (a elite afasta-se do poder, mas garante parte do controle dentro das novas regras políticas); pela transição (semelhante à segunda, só que nesta a elite tem maior controle sobre o processo, pois tem maior legitimidade e, por isto, mantém sua capacidade de competir em eleições livres e de negociar a agenda de reformas).(37)

O regime militar brasileiro alcançou estabilidade e legitimidade porque combinou um bom desempenho econômico com alguma repressão,(38) e naquele momento - o governo Médici - a maior parte dos objetivos de 1964 foram

alcançados. Entretanto, mesmo crescendo a taxas anuais altíssimas e mantendo a oposição longe do poder, uma ala expressiva dos militares pretendia ceder o poder procedendo um processo de abertura no qual os militares negociassem as reformas, do que ver o regime entrando em colapso. A eleição de 1974 foi o sinal esperado pelos castelistas para implementarem a abertura.

O resultado do pleito legislativo “de 1974 não incidiu sobre o projeto de transição, mas sobre a ‘velocidade’ do processo”, que teve de se tornar lento para não desagradar integralmente à linha-dura. A derrota em 1974 fez o governo perder o controle do cenário político durante o processo liberalizador,(39) pois não dispunha mais da maioria de 2/3 necessária para implementar as reformas políticas como almejava. Ademais, havia o receio de o MDB controlar o partido,(40) já que os militares pretendiam deixar a oposição longe do poder até 1991 (uma ala das forças armadas apoiava a eleição de um militar para o mandato presidencial de 1985 a 1991; os demais apoiavam a candidatura de um civil do partido do governo).(41)

Foi nesse ambiente que o governo perdeu o controle sobre o aparato de segurança (reduto da linha-dura), resultando na prisão e morte do jornalista Wladimir Herzog e do sindicalista Manuel Fiel Filho, que levou à demissão do comandante do II Exército, o general Eduardo[?].

O governo Geisel foi contraditório. Assumiu pretendendo abolir o AI - 5, mas foi o governo que mais fez uso dele.(43) Puniu políticos, militares, funcionários públicos ligados ao governo ou à oposição, levando a abertura por um caminho sinuoso, com avanços e recuos.

Como a oposição não colaborava com o projeto distensionista, e a ARENA era um partido que não despertava o entusiasmo do povo (portanto um partido com o qual o governo não poderia contar), como as sucessivas eleições provaram, com a ARENA perdendo espaço para o MDB, o que despertava suspeição nas Forças Armadas em relação ao projeto de abertura, o governo resolveu aplicar uma fórmula “mágica” para diminuir o poderio eleitoral da oposição, encaminhando e aprovando, via Congresso, a “Lei Falcão”, que restringia o uso do rádio e da televisão para fins de campanha política. Entretanto, mesmo com esse artifício, a ARENA foi derrotada nas eleições municipais realizadas em 1976,⁽⁴⁴⁾ aumentando ainda mais a desconfiança e a oposição da linha-dura ao projeto de distensão.^{1576MS}

Com as derrotas em 1974 e 1976 vieram dois problemas que o governo tinha de resolver até 1978: primeiro, impedir que o MDB se fortalecesse pelo voto; segundo, descobrir um meio legal para impedir essa ameaça na eleição de 1978, pois além da renovação de 2/3 do Senado e de toda a Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas, ainda seriam eleitos pelo voto direto os governadores de estado. Como não dispunha de votos suficientes para aprovar uma emenda constitucional, o governo utilizou-se do AI - 5 para modificar a Constituição: fechou o Congresso em 01 de abril de 1977, e lançou o “Pacote de Abril”, que estabeleceu eleições indiretas para governadores de estado, maiorias simples para aprovação de emendas constitucionais, 1/3 dos senadores seriam eleitos indiretamente em 1978 por colégio eleitorais estaduais, os deputados teriam seu número fixado à base da

população e não do eleitorado, o acesso ao rádio e a televisão ficava limitado nos termos da “Lei Falcão”.(45)

O “Pacote de Abril” com o seu sistema de representação aumentou a influência dos estados menos desenvolvidos, porquanto aumentou o número de parlamentares a serem eleitos nesses estados (devido à sua fixação pela população), resolveu o problema dos impasses no Congresso pelo fato ^{de o} ~~da~~ ARENA não dispor de maioria de 2/3 e garantiu a eleição de 1/3 ~~de~~ ^{do} senado pela ARENA, posto que estes ^{viariam} tiveram eleições indiretas evitando o vexame de 1974.

Entretanto, apesar da parcial vitória do ^{governador} governador, com o “Pacote de Abril”, as Forças Armadas permaneciam divididas. Surgiram as primeiras possíveis candidaturas presidenciais, entre eles a do Ministro do Exército, Sylvio Frota, principal porta voz da linha-dura, e um dos mais contumazes críticos da abertura.(46)

Geisel, apesar de não ter comunicado, o que só o fez em dezembro de 1977, já escolhera o seu sucessor (o general Figueiredo), e a posição de Sylvio Frota, que era apoiado pelos órgãos de segurança e por uma parcela do Congresso (aproximadamente 90 parlamentares), representava um desafio ao governo, que terminou por demiti-lo no dia 12 de outubro de 1977, enquadrando de vez a linha-dura.(47)

O governo ainda enfrentou a crise que levou à demissão do chefe do Gabinete Militar, o general Hugo Abreu, que não aceitava a candidatura de Figueiredo.(48)

3.2.) O Cenário Estadual de 1974 a 1978

Após a derrota da ARENA local nas eleições de 1974 e 1976, o governador Tarcísio Maria ^{MARIA} arquitetou uma manobra para evitar surpresas em 1978.

A derrota da ARENA para o senado em 1974 foi motivada pela grande vantagem obtida pelo MDB em Natal, que não pôde ser suplantada pela maioria arenista no interior. Logo, era preciso neutralizar ou, pelo menos, abrandar a força da oposição na capital do estado. Para atingir esse objetivo, Tarcísio Maria ^{MARIA} se aproximou da maior liderança emedebista no estado: Aluizio Alves.

Além da ARENA necessitar do apoio de Aluizio nas eleições de 1978, Tarcísio Maria ^{MARIA} sabia que o partido governista estava bastante divido, com lutas internas entre a facção pró-Dinarte e a facção pró-Jessé. Os dois, antes da reforma partidária em 1965, militavam em legendas distintas, o primeiro na UDN e o segundo no PSD.

Em 1965 ambos ingressaram na ARENA, mas em campos opostos. Com a cassação de Aluizio em 1969, Jessé e Dinarte ficaram como os grandes líderes da ARENA, juntamente com a família Rosado, passando a se fustigarem.

A rivalidade entre os dois veio à tona quando da escolha do sucessor de Cortez Pereira em 1970 e, depois, em 1974 quando a ARENA estava para decidir o candidato a senador, com Dinarte apoiando Djalma Marinho e Jessé, Luiz de Barros.(49)

Persistindo essa disputa interna, a ARENA seria facilmente derrotada em 1978 na campanha para o Senado. Daí a necessidade de adquirir salvaguardas que a habilitassem a concorrer com a oposição. Se a ARENA estava dividida, a única forma que o partido governista poderia disputar a eleição seria se o MDB se estivesse dividido, e enfraquecido no seu principal reduto eleitoral, ^A o capital do estado.

O “Pacote de Abril” determinou que 1/3 do senado teria eleição indireta, ou seja, das duas vagas para senador, em 1978, em cada estado, uma teria eleição indireta, o que assegurava a vitória da ARENA, tendo em vista que o partido governista dominava a maioria dos colégios eleitorais, inclusive do Rio Grande do Norte. O apoio de Aluizio Alves tornou-se mais importante ainda para a vitória da ARENA no pleito direto para o Senado.

A proximidade entre Aluizio Alves e Tarcísio Maia com vistas à eleição de 1978 desagradou a Dinarte que, já de relações estremecidas com o governador,⁽⁵⁰⁾ rebateu, lançando a candidatura de Dix-huit Rosado, inimigo de Aluizio, com apoio unânime da bancada federal do estado, a governador.

Tarcísio Maia, através de seu líder na Assembléia Legislativa, Marcílio Furtado, lançou a lista sêxtupla, com o argumento de que com ela outras áreas da ARENA poderiam se manifestar. A lista manteve o nome de Dix-huit e acrescentou outros, inclusive o de Lavoisier Maia, parente de Tarcísio e o seu preferido para sucedê-lo.

Alúzio e Tarcísio passaram a trabalhar contra a candidatura de Dix-huit ao governo, através de seus principais contatos nas áreas militares, os generais Golbery do Couto e Silva e Albuquerque Lima.

O veto à candidatura de ^{Dix} Dix-huit e a escolha de Lavoisier para suceder Tarcísio Maia, afastaram ainda mais Dinarte do governador, acirrando a disputa para a eleição legislativa de 1978.(51)



NOTAS

1. SKIDMORE, Thomas E. Brasil. De Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p . 102 - 103.
2. Idem, p. 105.
3. Idem, p. 105 - 106.
4. Idem, p. 114.
5. Idem, p. 114.
6. Idem.
7. CASTELLO BRANCO, Carlos. Os militares no poder: O ato 5. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1978. P. 34 - 36.
8. Idem, p. 169 - 183.
9. Idem, p. 365.
10. Idem, p. 34 - 35.
11. Idem, 183.
12. Idem, p. 334 - 354.
13. A REPÚBLICA, Natal. 07-02-79.
14. Idem, Natal, 07-02-79.
15. SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 228 - 229.
16. Idem, p. 229.
17. Idem, p. 230.
18. Idem, p. 277.
19. Idem, p. 298 - 322

20. Idem, p. 298.
21. Idem, p. 337.
22. SUZELEY KALIL, Mathias. Distensão no Brasil: o projeto militar - 1973 - 1979. Campinas: Papiros, 1995. p. 41.
23. LOPES, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. 6 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 119.
24. SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Os presidentes: Ernesto Geisel - a abertura política (1974 - 1979). São Paulo: grupo de Comunicação Três, 1983. p. 43 - 44.
25. Idem, p. 46.
26. SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 337 - 338.
27. A REPÚBLICA, Natal. 07/02/79.
28. MACHADO, João Batista. Como se fazia governadores durante o regime militar. Natal : RN Econômico, 1995. p. 79.
29. Idem, p. 80.
30. CASTELLO BRANCO, Carlos. Op. Cit., p. 69 e p. 282.
31. SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. Op. Cit., p. 47.
32. Idem, p. 49.
33. SUZELEY KALIL, M. Op. Cit., p. 17.
34. STEPAN, Alfred. C. Os militares: da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 12.
35. SUZELEY KALIL, M. Op. Cit., p. 18.

36. STEPAN, A. C. Op. Cit., p. 43 - 44.
37. SUZELEY KALIL, M. Op. Cit., p. 20.
38. Idem, p. 34.
39. SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 68 - 69.
40. Idem, p. 339.
41. STEPAN, A. C. Op. Cit., p. 68 - 69.
42. Idem, p. 47.
43. SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. Op. Cit., p. 87.
44. SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 370 - 371.
45. SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 372.
SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. Op. Cit., p. 73.
46. SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 373.
47. SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. Op. Cit., p. 95 - 101.
SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 385 - 388.
48. SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. Op. Cit., p. 106.
49. MACHADO, J. B. De 35 ao AI - 5. p. 207 - 208.
50. MACHADO, J. B. Como se fazia governador durante o regime militar. p. 59 -
60.
51. Idem, p. 63 - 77.

III - A CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO

As eleições de 1978 foram as últimas realizadas sob o signo do bipartidarismo. Demonstraram o grau de divisão reinante nos dois partidos, com a formação de alianças ou apoios, que refletiram o grau eleitoreiro do pleito.

A fragmentação, não se restringia aos partidos políticos. As Forças Armadas, devido ao processo de abertura, encontravam-se em conflito interno, com o acirramento das posições reacionárias da linha-dura, que culminou com a demissão do general Frota (1977) e, depois, do general Hugo Abreu (1978). Por último, veio a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, pelo MDB.

Qualquer que fosse o resultado das eleições, o governo já arquitetara uma forma de fracionar a oposição em eleições posteriores, através de uma reformulação partidária.

1 - AS DIVISÕES INTRA-PARTIDÁRIAS : O PANORAMA NACIONAL

A oficialização da escolha do general Figueiredo para a sucessão do presidente Geisel precipitou a disputa presidencial.

Começaram as “demarches” visando a indicação para a suprema magistratura da nação. O primeiro a pleitear a sua indicação foi o senador Magalhães Pinto, um fiel aliado dos militares, inclusive foi o chefe civil do movimento militar de 1964.

Magalhães Pinto escolhera Severo Gomes para vice-presidente, mas viu a possibilidade de conseguir o apoio dos militares se tivesse como companheiro de chapa um militar. Aproveitou-se da amizade que unia Severo Gomes e o General Euler Bentes, e convidou este para ser seu companheiro na aventureira candidatura.(1)

Tudo se encaminhava à perfeição, quando o desmentido do general Euler Bentes de que figuraria na chapa de Magalhães Pinto sepultou a candidatura do senador mineiro. Ainda assim Magalhães Pinto não desistiu e procurou obter apoio nas hostes oposicionistas, pois acreditava conseguir uma quantidade significativa de votos na ARENA que, somadas aos do MDB, lhe garantiriam a vitória. Como não conseguiu o apoio coeso do MDB, e a ARENA já se bandeava para a candidatura de Figueiredo, Magalhães Pinto desistiu de sua candidatura.(2)

A desistência de Magalhães, porém, fez surgir o “germe” divisionista, e o MDB voltou-se para o general Euler, lançando-o candidato juntamente com Paulo

Brossard,(3) com o intuito de dividir as Forças Armadas. No entanto, a manobra do MDB dividiu ainda mais os emedebistas.(4)

A eleição presidencial transcorreu sem maiores surpresas, com a vitória do general Figueiredo, candidato da ARENA, por 355 a 266,(5) mas demonstraram o grau de dissidência na ARENA e no MDB, o primeiro com sua união nacional pontilhada de rivalidades regionais, enquanto o MDB assemelhava-se a uma colcha de retalhos, pois era formado por comunistas, liberais, católicos esquerdistas, socialistas e conservadores democratas.(6)

As manobras divisionistas das eleições presidenciais foram um preâmbulo para o que se sucedeu nas eleições legislativas de 1978 e abriram as portas para a reforma partidária, indicando as vertentes por onde ela ocorreria.

2 - A PAZ PÚBLICA E A DISSIDÊNCIA ARENISTA

O ano político de 1978 foi aberto com a escolha do general Figueiredo para candidato da ARENA à sucessão presidencial. Na sucessão estadual procurava-se o apoio do presidente Geisel, do futuro presidente, o general Figueiredo, e dos governadores e lideranças políticos estaduais,(7) em busca de um candidato de consenso.

Além de Tarcísio Maia, Dinarte Mariz, que era o líder de maior prestígio na ARENA potiguar, e Jessé Freire, forte candidato a governador, eram lideranças políticas das quais dependia a sucessão estadual.(8)

O lançamento da candidatura de Dix-Huit Rosado, feita por Dinarte Mariz,(9) precipitou a sucessão estadual e a divisão no seio da ARENA, porquanto a negativa de Tarcísio em aceitá-la, apesar da pressão da bancada federal do estado. Primeiro, porque Tarcísio já tinha o seu candidato a governador, o médico e Secretário de Saúde, Lavoisier Maia. Depois, porque outro eminente ^{ARENISTA} arensita, o senador Jessé Freire, estava no páreo para ser indicado para o governo do estado.(10)

Tarcísio Maia encaminhou uma lista sêxtupla à Assembléia Legislativa, na qual Lavoisier Maia, que pretendia ser candidato a deputado federal,(11) era o terceiro e Dix-Huit Rosado, o primeiro.

Lavoisier Maia terminou sendo o escolhido para suceder Tarcísio Maia no governo do estado, e Jessé, que fora alijado da disputa governamental por problemas particulares, lançou a sua candidatura a senador em 26 de janeiro de 1978, numa homenagem que recebia por ter sido reeleito presidente da Confederação Nacional do Comércio.(12)

Após a escolha de Lavoisier para o governo do estado, Tarcísio Maia e ^{REGIONAL} Regional Teófilo, presidente regional da ARENA, concentraram seu esforços na escolha dos candidatos para o pleito legislativo, tendo em vista que este era o mais importante para a ARENA. Esta opinião era compartilhada pelo presidente nacional da ARENA, o mineiro Francelino Pereira.(13)

A convenção regional da ARENA foi realizada nos dias 03 e 04 de junho de 1978, definindo a chapa da ARENA para a Câmara Federal.(14) As candidaturas para as senatorias direta e indireta só foram definidas quase vinte dias depois:(15)

a.) Para senador direto: Jessé Freire, José Nilson de Sá e Ezequiel Ferreira de Souza.

b.) Para senador indireto: Dinarte Mariz, Moacir Duarte e Luiz Maria Alves.

A chapa de senador direto da ARENA ainda sofreu uma modificação, sendo formada por Jessé, Álvaro Mota e José de Souza Martins.(16) Essas chapas, segundo Tarcísio Maia, unia^m a ARENA e ainda tinha o apoio de setores políticos consideráveis da oposição.(17)

A campanha provou que Tarcísio estava certo num ponto: setores da oposição apoiaram a candidatura de Jessé. Porém, a união da ARENA era uma falácia, o que foi comprovada pelo debandada dos círculos arenistas ligados a Dinarte e aos Rosado para a campanha do candidato emedebista para o senado.

A convenção do MDB realizou-se no dia 22 de julho de 1978, e foram escolhidos os candidatos para a Câmara Federal e para o senado.(18) A chapa senatorial acentuou as divergências que vinham se processando na oposição.

O senador Agenor Maria já se rebelara contra os Alves ao apoiar a candidatura de Dinarte para senador indireto,(19) e quanto ao grupo político de Aluizio Alves acenava com um possível apoio a Jessé, o que segundo este seria aceito por Dinarte e Tarcísio Maia.(20)

Aluizio Alves não aceitou a chapa senatorial escolhida na convenção do MDB e optou por apoiar Jessé, porque, segundo o ex-governador, os votos dados a Olavo [Montenegro], [Francisco] Rocha e Radir seriam somadas para o mais votado (possivelmente Radir), que já era apoiado por setores arenistas descontentes com a não indicação de Dix-huit [Rosado] para o governo do estado; Aluizio apoiava Olavo e Rocha, enquanto Radir era uma dissidência do MDB. A direção do partido (MDB) apresentou três candidatos, Olavo Montenegro, Francisco Rocha e Paulo Barbalho, que seriam apoiados pelos Alves. Segundo Aluizio Alves, o seu grupo político apoiaria qualquer grupo político que não trouxesse a marca do revanchismo derrotado na sucessão governamental.(21)

Setores da ARENA e do MDB se uniram para atingir o governo de Tarcísio Maia, que havia vetado a candidatura de Dix-Huit ao governo, além de procurar tumultuar a linha política do governo baseado na ^{convivência} convivência pacífica - a Paz Pública.

Na ARENA surgiram duas posições antagônicas: os que seguiam a orientação de Tarcísio, e estavam empenhados em assegurar a vitória de Jessé; e os que seguiam a liderança de Dinarte e Vingt Rosado e se empenhavam na campanha de Radir.

O MDB passava pela mesma situação: os que seguiam a liderança de Aluizio, e estavam trabalhando na campanha de Jessé, e os "autênticos", que apoiavam a candidatura de Radir Pereira.

Os candidatos ao Senado - Radir Pereira e Jessé Freire - tinham trajetórias políticas distintas, mas coincidiam num ponto: ambos eram empresários de sucesso.

A campanha de 1978 fez ressurgir o radicalismo político da década de 1960, com Dinarte Mariz e Aluizio Alves (ainda cassado, pois o fim da suspensão dos seus direitos políticos só ocorreu em fevereiro de 1979) em trincheiras opostas, duelando nos palanques de Radir Pereira e Jessé Freire.

O rompimento de Dinarte Mariz e Vingt Rosado com Tarcísio Maia já havia se delineado quando este trabalhou contra a candidatura de Dix-huit ao governo do estado. Em Mossoró e Caicó, redutos eleitorais dos Rosados e de Dinarte, respectivamente, o apoio à candidatura de Radir era aberto. Porém, Dinarte não efetivou o rompimento com Tarcísio e Jessé enquanto não assegurou a eleição para senador indireto, com o apoio de ambos. Enquanto Dinarte apoiava Radir, Dix-huit indicou como seus candidatos Radir Pereira e Francisco Rocha, e Vingt Rosado e seus seguidores criaram a chapa **CARAVAN**: CA (as duas primeiras iniciais de Carlos Augusto Rosado - candidato a deputado estadual), RA (as iniciais de Radir Pereira - candidato a senador) e VAN (o aportuguesamento do francês Vingt [Rosado] - candidato a deputado federal).(22)

A campanha de 1978 foi caracterizada pelo radicalismo, com denúncias, boatos e atentados. Agenor Maria denunciou que Jessé lhe oferecera dinheiro para que não apoiasse os candidatos do MDB;(23) em agosto surgiram boatos de que Jessé renunciou a sua candidatura e que Tarcísio se desincompatibilizaria do cargo de governador para ser candidato ao Senado,(24) o que foi desmentido por Tarcísio e



Jessé; no dia 13 de novembro de 1978, Jessé foi baleado na perna nas imediações da avenida Alexandrino de Alencar.(25)

O futuro governador Lavoisier Maia percorreu o interior do estado para neutralizar a oposição que Dinarte Mariz e os Rosado faziam à candidatura de Jessé, enquanto os comícios de Aluizio se concentravam mais em Natal e municípios circunvizinhos, com a finalidade de neutralizar o MDB no seu principal reduto eleitoral.

Os principais veículos de informação do estado apoiavam a candidatura de Jessé, bem como os principais grupos empresariais.

No dia 15 de novembro de 1978, aproximadamente 710.000 eleitores compareceram às urnas no Rio Grande do Norte(26) e deram a vitória a Jessé com uma maioria de quase 76.000 votos.(27)

A ARENA elegeu cinco deputados federais (Djalma Marinho, João Faustino, Wanderley Mariz, Vingt Rosado e Antônio Florêncio) e 15 deputados estaduais; enquanto o MDB elegeu três deputados federais (Herique Alves, Carlos Alberto e Pedro Lucena) e nove deputados estaduais.

Os partidos não tiveram alterações na suas bancadas federais e estaduais, mas o resultado das eleições surteria uma reformulação na política estadual, tendo em vista que “novas” lideranças políticas surgiram, outras decaíram, e outras, ainda, “ressurgiam” após anos de ostracimo.

A ascensão de Tarcísio Maia à maior liderança da ARENA no estado e o “ressurgimento” de Aluizio Alves no cenário político estadual trouxe a maior aliança

política feita no Rio Grande do Norte desde 1954, quando a UDN e o PSD se uniram para eleger Dinarte Mariz e Georgino Avelino para o senado. Combinou as forças da ARENA no interior e a liderança de Aluizio na capital, coroando o estratégia de Tarcísio Maia, consubstanciada na Paz Pública, com a vitória de Jessé Freire para o senado e sepultando o fantasma ^{da} a derrota de 1974.

Os dois, Tarcísio Maia e Aluizio Alves, montaram a partir de 1978 os dois mais fortes grupos políticos do estado. Este dando prosseguimento a sua trajetória política interrompida em 1969; aquele, substituindo a liderança de Dinarte Mariz na ARENA e no seu sucedâneo.

Dinarte Mariz teve uma atuação inglória na campanha de 1978. Não percebeu as transformações por que passava a política nacional e os reflexos desta na política estadual. Perdeu em quinze dos dezesseis municípios que liderava. Só venceu em Caicó, o que limitava a sua liderança àquele município.(28)

A oposição ao governador Tarcísio Maia perdeu em alguns dos seus principais redutos eleitorais. Dinarte foi derrotado em Serra Negra; Agenor Maria, em São Vicente; Cortez Pereira, em Campo Redondo; e Vingt Rosado, dos 46 municípios que liderava, só venceu com Radir em Mossoró.(30)

A campanha de 1978, apesar dos auspícios da Paz Pública (aliança entre Aluizio Alves e Tarcísio Maia), reviveu o radicalismo político dos anos 1960 e o confronto em praça pública de Aluizio e Dinarte.

A pacificação política do estado na gestão de Tarcísio Maia como governador (a Paz Pública) mostrou-se, como estratégia, vitoriosa. No entanto, a

idéia da pacificação política não foi uma originalidade de Tarcísio Maia. Foram várias as pacificações políticas na história do Brasil (a política dos governadores, a pacificação no Rio Grande do Sul na década de 1920, a eleição de Tancredo Neves). A literatura mesma trata do assunto, como na obra *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo. Políticos do Rio Grande o Norte, como José Varela, Walfredo Gurgel e Djalma Marinho, já defendiam essa tese como forma de trazer recursos para o estado.

A Paz Pública não foi um fato isolado no contexto político estadual. Aluizio e Tarcísio se uniram visando, cada um a seu modo, dividir ao hostes adversários. A mesma estratégia divisionista foi utilizada por Tancredo Neves, em 1984, quando pavimentou o seu caminho rumo ao Palácio do Planalto com os votos dos governistas. Mesmo na eleição presidencial de 1978, primeiro Magalhães Pinto, depois Euler Bentes, procuraram arrebanhar votos em partidos distintos: o Arenista Magalhães, no MDB; o emedebista Euler, na ARENA.

3 - O NOVO QUADRO PARTIDÁRIO

Terminada a eleição de 1978, o governo resolveu mobilizar suas forças com vistas à reformulação partidária, extinguindo o bipartidarismo e instituindo a pluralidade partidária.

A queda do princípio da legalidade em 1964, com o movimento militar, foi apoiada pela maior parte da opinião pública.⁽³¹⁾ Apesar de, no princípio, o regime militar ter ^{se} desgastado no exercício do poder, principalmente nos governos

Castello Branco e Costa e Silva, no governo do general Emílio Garrastazu Médica a maior parte dos objetivos do movimento de 1964 tinham sido atingidos. A oposição estava amordaçada, o movimento guerrilheiro fora praticamente banido e o crescimento econômico era vertiginoso.

A reforma partidária realizada pelos militares em 1965 instituiu o bipartidarismo. Porém, num sistema bipartidário, é essencial que ambos os partidos se coloquem de acordo em relação aos fundamentos de organização e direção do Estado, se reconhecendo em termos de mútuo respeito e lealdade. À oposição caberia um lugar especial no sistema, tendo em vista que poderá assumir o governo a qualquer instante.(32)

No Brasil do regime militar, o partido governista (ARENA) foi concebido para não deixar a oposição (MDB) chegar ao poder em hipótese alguma. Sempre que o predomínio da ARENA era ameaçado, o governo tomava medidas casuísticas visando revitalizá-la para os pleitos eleitorais. Se a oposição ainda assim crescia, o governo alterava as regras vigentes, cassava parlamentares opositores, aterrorizava a oposição. Qualquer media era válida, desde que mantivesse o partido opositor manietado.

Com a perda da âncora econômica, devida à crise do petróleo, que fez a economia mundial entrar em recessão,(33) o governo iniciou o processo de abertura política, pois sua legitimidade passou a ser contestada.(34) Num primeiro momento - a liberalização -, o governo abrandou-ou removeu ao entulho autoritário presente na

legislação; depois, procedeu a redemocratização, através da implementação da anistia e da reforma partidária.

3.1.) A Reforma partidária no Brasil

A reforma partidária de 1979 fora programada pelos militares ao se iniciar o processo distensionista.

Como o governo não pretendia entregar o poder facilmente à oposição, o processo de distensão foi feito de forma “lenta, gradual e segura”, pois nele vinha incutido a manutenção do poder. Ademais, os militares pretendiam defender dois interesses institucionais: queriam manter intacta a maior parte do sistema de segurança estatal e alertavam contra o “revanchismo”.(35)

O projeto de anistia proposto pelo governo assegurou a segunda exigência dos militares, protegendo-os contra o “revanchismo”, caso a oposição chegasse ao poder. Porém, tal projeto trouxe junto a ele um complicador se persistisse o bipartidarismo, pois com a anistia viriam também os embates e as pregações políticas anteriores ao período pré-64.(36) Tal fenômeno reforçou a tese da reforma partidária, que já vinha sendo estimulada pelo governo.

O governo apoiava a reforma partidária, pois com ela o partido governista sairia fortalecido, enquanto a oposição seria fragmentada. Uma única frente de oposição levou o governo ao desgaste pelo atrito, tendo em vista a situação econômica desfavorável ao governo, ou seja, “... o esquema bipolar, levaria (...) à

definição de uma só frente de oposição (...), contra a qual só caberiam (...) manobras medíocres de simples empuxo frontal, senão de mútuo desgaste pelo atrito (...)

// A estratégia recomendaria (...) pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas...”(37)

Um projeto de lei foi enviado ao Congresso e aprovado em novembro de 1979. E no mesmo ano, novos partidos foram criados. Os principais foram o PDS, PMDB, PTB, PDT, PP e PT.

O PDS (Partido Democrático Social) foi formado por ex-integrantes da ARENA; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o PP (Partido Popular) e o PT (Partido dos Trabalhadores) foram formados por políticos da oposição consentida (MDB), ex-exilados políticos que retornaram do exílio, ex-presos políticos, entre outros.

O Partido Popular (PP) foi uma agremiação partidária híbrida, pois foi formado por ex-integrantes da ARENA e do MDB. Os seus dois principais expoentes eram Magalhães Pinto e Tancredo Neves, ferrenhos adversários em Minas Gerais.

O PP teve vida curta. Nascido para funcionar como oposição moderada e confiável, naufragou às vésperas da eleição de 1982, devido a um projeto cosuístico do governo (o voto vinculado) que visava favorecer o partido governista, o PDS. A extinção do PP, levou os seus integrantes a procurar abrigo nos seus antigos ninhos.

O sistema pluripartidário pôs fim ao bipartidarismo forçado que os militares impuseram. Permitiu uma melhor caracterização das forças políticas, com partidos mais homogêneos e autênticos, pois é o sistema que melhor representa o pensamento de variadas correntes de opinião.(38)

A estratégia governista de dividir a frente única oposicionista em diversas frentes mostrou-se eficaz, pois enfraqueceu a oposição e sedimentou o caminho para uma vitória do partido governista em 1982.

3.2.) A reforma partidária no Rio Grande do Norte

As eleições de 1978 no Rio Grande do Norte, mostraram o grau de fragmentação dos partidos políticos, dominados por facções(39), ou utilizados como meros instrumentos para obtenção do poder.(40)

Os partidos políticos também estavam perdendo a capacidade de conseguir a submissão externa, pois esta só é alcançada quando se conquista a submissão interna (um partido político dividido não é forte o suficiente para conquistar eleitores). Ou seja: “A confiabilidade do seu poder externo depende da profundidade e firmeza da submissão interna.”(41)

As divisões intestinas na ARENA incapacitava-a para vencer eleições, sem as medidas casuística⁷ do governo; enquanto as divisões internas no MDB, impediram-no de confirmar uma vitória significativa (exceto 1974) sobre o partido governista.

O pleito eleitoral de 1978 pavimentou o caminho para a reformulação partidária no Rio Grande do Norte e mostrou as vertentes por onde ela desembocaria, tendo em vista o fortalecimento de dois grupos políticos: o liderado por Aluizio Alves e o grupo tarcisista.

O segundo veio a substituir a liderança do senador Dinarte Mariz na comando governista e, com a indicação de Lavoisier Maia para governador e José Agripino para prefeito de Natal, reforçou sua liderança no estado.

A reorganização partidária no estado estava diante do seguinte quadro:

- a.) O grupo que se punha contrário à reforma: era composto pelos que perderam o pleito eleitoral de 1978 e estavam sem perspectivas definidas para o futuro;
- b.) o grupo favorável à reforma: era formado pelos que perceberam nos resultados eleitorais de 1978 uma forma de aglutinar grupos que se identificassem pelas propostas.

Para que essa segunda perspectiva se configurasse, era necessário a manutenção da linha política de Tarcísio Maia, centrada na Paz Pública.

A família Maia, através do governador Lavoisier Maia, deu indicações de que iria permanecer aliado aos Alves:

a.) O chefe do gabinete civil de Lavoisier era um conhecido aluizista: Iberê Ferreira de Souza;

b.) O candidato de Aluízio a 2º Secretário na Assembléia Legislativa, foi apoiado pelo governador Lavoisier Maia.

Entretanto, a aliança das família Maia e Alves no estado ficou difícil de ser mantida, pois Aluízio filiou-se a um partido de oposição nacional, enquanto que Tarcísio Maia, entrou num partido que apoiava o governo federal, tendo como companheiro de partido o senador Dinarte Mariz, eterno adversário de Aluízio.

Além disso, Tarcísio e Aluízio tinham pretensões políticas que se chocavam: este pretendia ser candidato a governador em 1982, enquanto aquele tinha o propósito de reforçar a sua liderança política no estado, fazendo seu filho, José Agripino Maia, governador do estado.

A estratégia de Tarcísio Maia, visando a eleição de 1982, começou a ser montada quando, através de Lavoisier Maia, foi indicado para prefeito de Natal, José Agripino Maia. A oficialização do nome de Agripino deu-se a 13 de janeiro de 1979.(42)

José Agripino Maia, nascido em Mossoró, em 23 de maio de 1945, estudou no [?]D. Bosco (Mossoró), no [?]Marista (Natal) e no Colégio Andrews (Rio de Janeiro); formou-se em 1967, em Engenharia pela Universidade da Guanabara (Hoje UFRJ); fez pós-graduação na mesma universidade, foi Diretor-Presidente da Maísa

(1968); Engenheiro-Chefe de Obras da EIT (1969); Gerente Regional da EIT para a Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba (1972); fundou e foi Diretor-Superintendente da Campanha Industrial - Técnica, indústria pioneira no país no aproveitamento integral do babaçu.(43)

Com essas credenciais e com um mandato de prefeito na capital, José Agripino era um virtual candidato ao governo do estado em 1982.

Ao ingressar no Partido Popular (PP) e declarar a sua intenção de se candidatar ao governo do estado em 1982,(44) Aluizio Alves precipitou o rompimento com o grupo tarcisista.

Dinarte Mariz, que já manifestara o seu desejo de abandonar a vida pública, devido ao seu isolamento na política estadual e nacional, em virtude dos ressentimentos pessoais criados na eleição de 1978, e que passara a apoiar Regional Teófilo para presidir o PDS no estado, afastando Tarcísio, aproveitou a precipitação do lançamento da candidatura de Aluizio para se reaproximar do grupo tarcisista no PDS.(45)

Para não ficar isolado, Aluizio buscou o apoio da família Rosado,(46) procurando afastá-la da influência de Dinarte.

Em 1980, fazendo uma boa administração em Natal, José Agripino era o mais forte postulante ao cargo de governador pelo PDS. O único capaz de enfrentar Aluizio Alves.



A boa administração agripinista a frente da prefeitura natalense confirmou a antevisão política de Tarcísio Maia. O PDS que era um partido forte no interior, minou o principal reduto eleitoral de Aluísio.

A saída dos Alves do PP para o PMDB não consegui unir a oposição. A estratégia de Tarcísio Maia, a exemplo de 1978, se confirmou. O mito Aluísio Alves foi derrotado pelo jovem engenheiro Agripino Maia.

Dinarte, que tentou impedir a candidatura de José Agripino(47), foi uma vez mais atropelado pelas circunstâncias. Agripino saiu candidato e Dinarte o apoiou.

NOTAS

1. SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Os presidentes: Ernesto Geisel - a abertura política (1974 - 1979). p. 111.
2. Idem, p. 111.
3. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. p. 394.
SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. Op. Cit., p. 111.
4. SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. Op. Cit., p. 112.
5. SKIDMORE, T. E. Op. Cit., p. 395.
6. NUNES, Augusto. Os grandes líderes: Tancredo. p. 60 - 61.
7. A REPÚBLICA, Natal. 04, 05 e 06 e janeiro de 1978.
8. Idem, 10 de janeiro de 1978.
9. MACHADO, J. B. Como se fazia governador durante o regime militar. p. 63 - 64.
10. MACHADO, J. B. Op. Cit., p. 67 - 68.
11. Idem, p. 63 - 73.
A REPÚBLICA, Natal. 12 de janeiro de 1978.
12. A REPÚBLICA, Natal, 27 de janeiro de 1978.
13. Idem, 12 de janeiro de 1978.
14. Idem, 06 de maio e 1978.
15. Idem, 26 de maio de 1978.
16. Idem, 04 e junho de 1978.
17. Idem, 20 e julho de 1978.
18. Idem, 22 e 25 de julho de 1978.

19. Idem, 20 e 21 de julho de 1978.
20. Idem, 27 de agosto de 1978.
21. Idem, 15 de setembro de 1978.
22. Idem, 05 de dezembro de 1978.
23. Idem, 26 de julho de 1978.
24. Idem, 17 de agosto de 1978.
25. Idem, 14 e novembro e 1978.
26. Idem, 15 de novembro de 1978.
27. Idem, 25 de novembro de 1978.
28. Idem, 05 de dezembro de 1978.
29. Idem, 23 de novembro de 1978.
30. Idem, 05 de dezembro de 1978.
31. Sobre os conceitos de legalidade e opinião pública, ver:
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10 ed. São Paulo: Malheiros Melhoramentos, 1995. p. 110 e p. 447.
32. Sobre o sistema bipartidário, ver:
BONAVIDES, P. Op. Cit., p. 361 - 362.
33. Sobre a situação econômica do Brasil entre 1973 - 1979, ver:
BRUN, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 197 - 229.
34. Sobre o conceito de legitimidade, ver:
BONAVIDES, P. Op. Cit., p. 111.

35. STEPAN, A. C. Os militares: da abertura à nova república. Op. Cit., p. 47 - 70.
36. SILVA, H.; CARNEIRO. M. C. R. Os presidentes: João Figueiredo, 1979 - 1982. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. p. 31.
37. Idem, p. 43.
38. Sobre o sistema pluripartidário, ver:
BONAVIDES, P. Op. Cit., 363.
39. Sobre fações políticas, ver:
BONAVIDES, P. Op. Cit., p. 349 - 350.
40. Sobre o conceito de poder, ver:
GALBRAITH, J. K. Anatomia do poder. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1989. 206 p.
41. Idem, p. 59 - 60.
42. A REPÚBLICA, 14 de janeiro de 1979.
43. Idem, 14 de janeiro de 1979 e 21 de março de 1979.
44. Idem, 08 de fevereiro de 1979.
45. Idem, 23 e dezembro de 1979 e 16 e janeiro de 1980.
46. Idem, 09 de julho de 1980; 13 de julho de 1980 e 10 de agosto de 1980.
47. MACHADO, J. B. Op. Cit., p. 87 - 93.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Aluizio. Cronologia do RN. Cinco Séculos de História. Natal: CERN, 1996. 240 p.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10 ed. São Paulo: Malheiros Melhoramentos, 1995. 498 p.

BRUM, Artemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 318 p.

CASTELLO BRANCO, Carlos. Os militares no poder: o ato 5. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. 576 p.

CHARLOT, Jean. Os partidos políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 223 p.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do integralismo no RN. Natal: Co-edição Clima/Fundação José Augusto, 1986. 61 p.

COSTA, Homero de Oliveira. A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995. 190 p.

DREIFUSS, René Armond. 1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, _____.

GALBRAITH, John Kenneth. Anatomia do Poder. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1989. 206 p.

GALVÃO, Mailde Pinto. 1964 - Aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994. 205 p.

LIMA FILHO, Osvaldo. Política brasileira, 1945 - 1990: uma visão nacionalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 324 p.

MACHADO, João Batista. De 35 ao AI- 5. Natal: Fundação Nísia Floresta, 339 p.

_____. Como se fazia governador durante o regime militar. Natal: RN Econômico, 1995. 130 p.

_____. Política no atacado e a varejo: a memória da república no (RN) Natal: CERN, 1993. 131 p.

MACHIAVELLI, Nicoló. O Príncipe. São Paulo: Hemuns, 1977. 186 p.

MEDEIROS FILHO, João. 82 horas de subversão: intentona comunista de 1935 no Rio Grande do Norte. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. 240 p.

NUNES, Augusto. Os grandes líderes. Tancredo. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 112 p.

PEREIRA, Nilo. José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata. Natal: Fundação José Augusto, 1982. 252 p.

PEREIRA, R.; CAROPRESO, Álvaro; RUY, José C. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo: Global, 1984. 126 p.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Os Presidentes.: Ernesto Geigel - a abertura política (1974 - 1979). São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. 154 p.

_____. Os Presidentes. João Figueiredo, 1979 - 198. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. 170 p.

SKDIMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930 a 1964. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 512 p.

_____. Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 608 p.

SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 - 1930). Natal. 1989. 270 p.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Estados e partidos políticos no Brasil (1930 - 1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 178 p.

SPEPAN, Alfred. C. Os militares: da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 116 p.

SUZELEY KALIL, Mathias. Distensão no Brasil. O projeto militar - 1973 - 1979. Campinas: Papyrus, 1995. 158 p.

PRINCIPAIS PERIÓDICOS

A República, de 1977 até 1982.

O Diário de Natal, de agosto a novembro de 1978.